



Anais da Assembléia

Nº 48

CURITIBA SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE MAIO DE 1980.

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 46.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1980

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Mário Celso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

- O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o n.º 0133.DAMI.80, do Senhor MBÁ DE FERANTE, Diretor da Secretaria de Estado da Administração - Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, nos seguintes termos: "assinale recebimento do atencioso ofício, agradecendo a auspiciosa comunicação e solicito a Vossa Senhoria o obséquio de dar ciência do nosso melhor agradecimento ao nobre Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ e aos seus dignos Pares.— Ciente.— Arquite-se.

Sob o n.º 648, do Senhor HENRIQUE CHESNEAU LENZ CÉSAR, Procurador Geral da Justiça, nos seguintes termos: "É-me grato comunicar a Vossa Excelência que, recebemos cópia do requerimento aprovado por esta Casa, inserido na ata dos trabalhos em Sessão Plenária de 14 de abril, contendo votos de aplauso às Associações Nacional e Paranaense do Ministério Público, pela realização do Simpósio sobre Violência e Criminalidade, ocorrido nesta Capital.— Ciente.— Arquite-se.

Do Senhor CÁSSIO BITTENCOUR MACEDO, acusando recebimento de ofício desta Casa, e agradece sensibilizado as manifestações de pesar pelo passamento de sua progenitora ocorrido em 06.04.80, e pede transmitir aos dignos Pares e ao Deputado FLORISVALDO PALÁCIOS, os melhores agradecimentos por essa inequívoca demonstração de amizade.—

Ciente. Arquite-se.

Ofício n.º CPIM/1/80

Curitiba, 5 de maio de 1980

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os devidos fins, o relatório emitido pelo Deputado José Domingos Teixeira, da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e propor soluções para o problema do menor e suas implicações sociais, bem como os demais documentos que constam do "dossier" em anexo.

Renovo a Vossa Excelência, nesta oportunidade, os protestos de minha mais alta estima e distinta consideração.

(a) MÁRIO CELSO.

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor.

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos constitucionais e regimentais (Art. 14 e §§), REQUER licença para tratamento de saúde, pelo prazo de cento e vinte (120) dias, para o que, junta o competente laudo médico.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 25/80, de autoria da Comissão Executiva, que reconhece como órgão oficial de Representação a CABENFALE, já com parecer favorável da CCJ.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(a) JOÃO MANSUR.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 180/79, de sua autoria que visa proibir o uso de fumo em veículos e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora IOLANDA TÚLIO BORBA, ocorrido no dia 18 do mês em curso, na Cidade de Piraquara, deixando viúvo o Senhor João Alfredo Borba.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, se dê ciência aos seus familiares residentes na Cidade de Piraquara, através da Câmara Municipal daquele município.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(a) JOÃO MANSUR.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje um voto de pesar pelo falecimento do prestante cidadão pontagrossense, Dr. JOÃO ALVES PEREIRA, ocorrido em 17 de maio próximo passado, na Cidade de Ponta Grossa.

O Senhor João Alves Pereira, durante sua vida ocupou cargos de relevância naquela cidade, como Presidente da Câmara Municipal, tendo sido pioneiro no campo tipográfico do município e fundador de várias outras entidades culturais.

A sua morte causou a Ponta Grossa perda irreparável de um de seus maiores homens da área jurídica, cultural e do comércio.

Necessário se faz, que esta Casa Legislativa se associe à família consternada, pelo falecimento de tão ilustre figura.

Requer igualmente, seja esta mensagem de condolência apresentada a seus familiares.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980.

(a) DAVID FEDERMANN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de regozijo para com o LONDRINA ESPORTE CLUB, em virtude da conquista do título de campeão da Taça de Prata.

Ao conquistar ontem no Estádio do Café tão importante título, numa peleja frente a respeitável equipe do Centro Sportivo Alagoano, o LONDRINA E.C. viu coroada de êxito a extraordinária campanha que desenvolveu ao longo dessa competição e caráter nacional, trazendo por seu turno um enorme prestígio ao próprio futebol do Paraná.

Da decisão desta Casa, requer-se para que seja criada a diretoria do LONDRINA E.C., cujo trabalho é composto dos maiores encômios, trabalho esse que permite possa o clube ser hoje anunciado como o primeiro campeão brasileiro de 1980.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, todos os aplausos à OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, pela realização da VIII Conferência Nacional da OAB, na cidade de Manaus.

REQUER, outrossim, que do presente, seja, através de lei, dada ciência a mesma.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, sugerindo a ISENÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL, aos agricultores produtores de cana-de-açúcar, que tiverem suas áreas de terras aproveitáveis, totalmente exploradas especificamente com o plantio de cana-de-açúcar para produção de álcool.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980.

(a) NELSON BUFFARA.

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que o Governo Federal vem tomando medidas objetivas, no sentido de incentivar a lavoura de modo geral, quer com financiamentos através do Banco do Brasil, bem como com a redução do Imposto Territorial Rural.

Entretanto, tendo em vista a gravidade da situação porque atravessa nosso País, no que concerne ao problema do petróleo, parece-nos lógico e racional um incentivo mais premente à produção de combustíveis derivados de fontes alternativas.

Para tanto, torna-se necessário a comunhão de esforços do povo e Governo nessa batalha que estamos travando para reduzir a importação de petróleo.

Face ao exposto, queremos crer que a medida que estamos propondo seria apenas um incentivo em caráter prioritário para a produção de álcool, já que a crise de combustível evidentemente reflete em todos os outros setores de atividades.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER o envio, em forma de TELEX, da Carta da Associação Paranaense de Suinocultores, do Núcleo Regional do Oeste, do Núcleo Regional de Toledo e dos Sub-Núcleos de Palotina, Medianeira, Guaraniaçu, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Nova Santa Rosa e Cascavel, aos Excelentíssimos Senhores Amaury Stabile, Ministro da Agricultura; Antônio Delfim Neto, Ministro do Planejamento e Reinhold Stephanes, Secretário da Agricultura; bem como REQUER o apoio da Assembléia Legislativa à Carta em referência.

O Deputado subscritor, requer, outrossim, o envio de expediente, comunicando o teor do presente aos Núcleos Regionais do Oeste e de Toledo da Associação Paranaense de Suinocultores.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Ney Braga, Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Nivaldo Almeida Neto, Secretário dos Transportes, para que estudem a viabilidade de incluir no Plano Rodoviário Estadual, para asfaltamento, o trecho IRETAMA-BARBOSA-FERRAZ, completando, assim, o grande anel viário, nos prósperos municípios pertencentes à Micro Região da COMCAM, consoante justificativa anexa.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(aa) AUGUSTO CARNEIRO e

GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A região em apreço é possuidora de um alto potencial agrícola, cujo escoamento se faz necessário, com a finalidade de incentivar a comercialização dos produtos.

Por outro lado observamos, que por estar dentro de um grande anel viário, somente o trecho pretendido é que não conta com o benefício, ora solicitado, nem pronto e nem projetado, conforme demonstra o mapa anexo.

A comunidade que compõe essa rica região, cônica de que é relevante a sua participação no contexto econômico do Centro Oeste e conseqüentemente do Paraná, clamam e merecem esse prêmio pelo seu denodo e dedicação ao progresso do nosso Estado.

E, se em realidade se tornar o presente pedido, aquela população haverá de receber um novo estímulo e por certo

haverá de reconhecer com seu trabalho e aumento de produção.

Os documentos n.ºs 02, 03 e 04 nos mostram claramente e de fontes seguras a potencialidade sócio-econômica da região, o que vem dar o necessário apoio ao nosso pedido.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Presidente da COPEL para implantação da rede de energia elétrica trifásica do Distrito de Iguatu, Município de Corbélia.

A presente solicitação se faz visando atender aos reclamos daquela laboriosa população.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Sr. Secretário de Interior para:

- a. Instalação de DDO, no Distrito de Iguatu;
- b. Implantação da rede de água e esgoto pela SANE-PAR, no Distrito de Iguatu.

A presente solicitação se faz visando atender aos reclamos daquela laboriosa população.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Sr. Secretário dos Transportes para:

- a. Asfaltamento do trecho que liga os Distritos de Longinópolis — Iguatu à BR/369;
- b. Construção de uma ponte e de bueiros para a conclusão da estrada que liga o Distrito de Iguatu ao Distrito de Samalia, Município de Corbélia.

A presente solicitação se faz visando atender aos reclamos daquela laboriosa população.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Secretário da Cultura e Esporte, para construção de uma cancha de esportes no Distrito de Iguatu, Município de Corbélia.

A presente solicitação prende-se à necessidade veemente da juventude daquele distrito desenvolver atividades esportivas.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Sr. Secretário da Educação para:

- a. Criação do 2.º Grau, no Ginásio Carlos Gomes;
- b. Construção de alamedas em toda a área do Ginásio Carlos Gomes no Distrito de Iguatu, Município de Corbélia.

Esta solicitação faz-se necessária em vista o grande número de estudantes, desta faixa educacional que se deslocam à municípios vizinhos para atendimento de suas necessidades

culturais.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhadas cópias do pronunciamento incluso, que fará hoje de sua tribuna, aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro do Trabalho, Ministro da Agricultura, Ministro do Planejamento, Ministro do Interior, Ministro da Saúde, Ministro da Educação, Governador do Estado do Paraná e ao Presidente do INCRA, constando dos ofícios de encaminhamento o apoio desta Casa ao plano sugerido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes, encarecendo àquelas autoridades o seu empenho e prestígio no sentido de que tal reivindicação seja atendida (em seus preciosos termos) no menor espaço de tempo possível, por representar os anseios de dezenas de milhões de marginalizados "bóias-frias" espalhados por todos os Estados brasileiros e por ser de inteira justiça.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja registrado nos Anais desta Assembléia o editorial "Ricos na agricultura e pobres em pedir" publicado no último dia 18 pelo jornal "Gazeta do Povo", pois se trata de uma análise lúcida do relacionamento entre o Governo Central e o Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que do inteiro teor deste, se dê conhecimento ao Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, ilustre Diretor do Tradicional matutino "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 52/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a asfaltar a Rodovia que liga o Município de Iguaçu ao Distrito do Angulo deste mesmo município, até a sede do Município de Flórida, em um trecho de aproximadamente 20 km, pela atual estrada.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste plano de lei é a ligação direta destes dois municípios, por tratar-se de um trecho único sem asfalto, e ainda mais, com as linhas de ônibus intermunicipais terem necessidade premente de transitarem interligando os Municípios de Flórida-Maringá, Flórida-Iguaçu, Flórida-Astorga e outras localidades dando desta forma melhor atendimento aos seus usuários carentes desse meio de locomoção.

Com o asfaltamento do referido trecho, além de atender o que se propõe acima, trará melhor e mais seguras as condições de tráfego para escoamento de grande produção agrícola e agropecuária da próspera região de Iguaçu e Flórida, bem como as Comarcas de Colorado, Astorga e Nova Esperança.

Estamos certos, pois, em contar com a colaboração dos

ilustres Pares no apoio e aprovação deste plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Voltamos novamente ao problema das eleições de novembro.

É de domínio público que somos favoráveis à dilação do prazo para as eleições de novembro, porque estamos num dilema: ou se prorroga o mandato dos atuais Prefeitos e Vereadores, homens dignos, homens que poderiam ser eleitos por 6, 8 anos.

Talvez os elementos de Oposição também pensem como nós.

E diz o adágio popular: "joguem-me na água, ou joguem-me no fogo".

Talvez não sejamos políticos de visão, mas a luta do Brasil, a luta do Paraná, a luta da abertura democrática no nosso entender a solução está em prorrogar ou intervir.

Então, dos males o menor: A dilação do prazo para que não se reforme a Constituição.

Os pacotes que vieram são males que a democracia não pode atalhar.

Então, queria deixar, sem críticas, o meu posicionamento particular: somos completamente favoráveis à dilação de prazo dos mandatos de Prefeitos e Vereadores. Porque, estes homens íntegros, que não estão pedindo para seus Deputados forçarem, pressionarem o sistema político brasileiro; esses homens que deixam na consciência de cada Deputado, a decisão. Esses homens que trabalharam para que fôssemos eleitos, que nos sensibilizamos pela dilação de mandatos de Vereadores e Prefeitos. Porque, em caso contrário, teremos uma situação catastrófica na democracia brasileira e que será a vacância dos poderes legislativos municipais.

Vemos que a lei, certa ou errada, está aí.

Não tivemos a coragem de nos unir-mos para pedir que as eleições de 15 de novembro se tornassem uma realidade.

E quem cala consente.

É por isso que nos calam: Somos favoráveis à dilação dos mandatos de Prefeitos e Vereadores, do Brasil todo, para que haja uma consonância. Embora, essa medida, esse pensamento, seja de um homem do interior que poderá ser chamado de anti-democrático ser chamado de homem que teme as urnas.

Mas, graças a Deus, desde 1946, fizemos o teste das urnas e nunca falhamos, porque o povo não falhou conosco.

Então, é por isso que, corajosamente, vimos dizer aos companheiros, à Assembléia Legislativa do Paraná, que tomem uma decisão: ou a vacância, ou a dilação de prazo, para não dizermos prorrogação de mandato.

É isto, Sr. Presidente, que queremos fixar nossa posição, porque, hoje, o nosso partido, o PDS, se reúne em Brasília, para resolver essa situação. E a posição do humilde Deputado da roça, do humilde Deputado do interior, é esta: a única solução para que a democracia brasileira, mesmo claudicando, consiga chegar às suas metas finais.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Segundo orador inscrito, Deputado Fidelcino Tolentino a quem concedo a palavra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias estamos em contato com transportadores de produtos colhidos na região Oeste do Paraná e grande parte de colheita de soja feita por brasileiros que residem hoje no

Paraguai.

Cerca de 600 caminhões originários do Paraguai estão enfrentando uma enorme dificuldade para descarregar os veículos no Porto de Paranaguá, e este produto, Sr. Presidente, foçosamente por sua origem, não só provindo das fronteiras próximas ao oeste do Paraná, mas também de Guaíra e de Ponta Porã enveredam ao Porto de Paranaguá; em veículos quase totalmente brasileiros e de companhias transportadoras brasileiras, dirigindo-se àquele Porto, que é o Porto encarregado ou é o Porto que viabiliza o transporte marítimo ou a descarga de produtos para exportação que provém do Paraguai.

Acontece que o administrador do Porto, sem condições de fazer uma programação adequada para receber esses produtos numa atenção especial ao grande problema que se estava acumulando lá, em Paranaguá, liberou 300, desses 600 caminhões e a notícia que temos é de que mesmo esses 300 caminhões não estão possibilitados de serem descarregados, tendo em vista que desejam receber uma estadia pelos vários dias que estão aguardando uma solução e como essa medida não foi tomada pelas autoridades paraguaias, parece-nos, Sr. Presidente, a despeito da intervenção que está sendo feita pelo Sindicato dos transportadores autônomos e dos patronais não está tendo solução adequada para o problema.

Por esta razão, nós entendemos que há necessidade urgente do Governo, como interessado na solução de um problema interno do Estado, de uma intervenção para conciliar esta situação de crise que se encontra não só no Porto, mas também com brasileiros que, não só produzem no Paraguai, mas que estão transportando do Paraguai mercadoria lá produzida por famílias brasileiras, parece-nos que há interesse interno do País, também de colocar uma ação conciliatória à nível de Governo, junto ao Consulado Paraguaio, subsidiando inclusive os Sindicatos que estão fazendo gestões nesse sentido e o apelo que venho fazer, Sr. Presidente, é de que Sua Excelência o Governador do Estado e os Poderes constituídos do Estado, a partir da Assembléia Legislativa, façam contatos, através da sua direção, contatos com o Porto de Paranaguá e com o Cônsul paraguaio em Paranaguá, para dar uma solução viável a este caso, sob pena de criar uma crise muito mais aguda do que é esta que está se avizinando com problemas, e criando dificuldades, Sr. Presidente, na conciliação dos interesses, interesses que podem envolver autoridades brasileiras e autoridades paraguaias. E, é por esta razão, que nos parece oportuna a intervenção do Governo sob uma forma conciliatória de colocar um paradeiro e dar uma solução nesse problema criado da semana passada a esta semana.

Esperamos, Sr. Presidente, que haja interesse para que esta questão seja solucionada, inclusive, temos conhecimento, de que o Sindicato dos Transportadores de Carga, de Curitiba, e os autônomos de Paranaguá, já estão há tempo e há dias, entrando em contato com o Porto de Paranaguá e também, com o Consulado Paraguaio. Da administração do Porto, nós tivemos informação de que a única forma de sua esfera, de sua competência, seria a liberação de 300 veículos entre carretas e caminhões. Mas, além desses 300, há mais de outros trezentos, afora os que estão se acumulando e se dirigindo para aquele Porto.

Esta é a solução que está aí a reclamar a presença não só física, mas também, do interesse do Estado, para que o caso seja solucionado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Fuad Nacli, inscrito.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhadas cópias do pronunciamento incluso, que fará hoje de sua tribuna, aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro do Trabalho, Ministro da Agricultura, Ministro do Planejamento, Ministro do Interior, Ministro da Saúde, Ministro da Educação, Governador do Estado do Paraná e ao Presidente do INCRA, constando dos ofícios de encaminhamento o apoio desta Casa ao plano sugerido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes, encarecendo àquelas autoridades o seu empenho o prestígio no sentido de que tal reivindicação seja atendida (em seus preciosos termos) no menor espaço de tempo possível, por representar os anseios de dezenas de milhões de marginalizados "bóias-frias" espalhados por todos os Estados brasileiros e por ser de inteira justiça.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1980"

Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

"Assunto dos mais relevantes me traz hoje a esta tribuna: O "bóia-fria", suas dificuldades de vida e a sugestão de alternativas a serem adotadas com vistas a solucionar ou abrandar essas dificuldades.

Vítima de uma legislação agrária inadequada e de mutações ocorridas com a nossa agricultura, em razão de geadas e também o interesse econômico na exploração de novas culturas - casos da soja e do trigo - o nosso trabalhador rural foi desalojado do seu "habitat" (as fazendas onde morava e trabalhava) e literalmente empurrado em direção às periferias das cidades.

Hoje ele já não é mais chamado de trabalhador rural. Hoje ele é o "bóia-fria", apelido - e também sinônimo de miséria absoluta - que ganhou por ter de comer fria a magra refeição preparada na madrugada ou às vezes, na noite anterior.

Com pouca chance de serviço, esse humilde trabalhador, que ao mesmo tempo é um dos principais elementos ativos do nosso processo de produção se vê obrigado, para assegurar apenas uma sub-vida aos seus, a enfrentar os maiores sacrifícios e se sujeitar às mais aviltantes e humilhantes situações, quadro que conhecemos de sobejo, em seus mínimos e estereotipados detalhes.

Ganhando um irrisório salário, o "bóia-fria" mora (se assim podemos falar) em miseráveis e infectas meia-águas que em forçada, humilhante e danosa promiscuidade é partilhada com repugnantes e pestilentos insetos. Seus filhos - subnutridos e carentes desde o estado embrionário - são prosas fáceis de centenas de moléstias, e assim mesmo, em muitos casos, obrigados ao árduo trabalho do campo. Crianças há, que enquanto seus pais vão ao trabalho, ficando em casa, saem às ruas e se ocupam na prática da malfadada mendicância e adquirindo os piores hábitos que acabarão por levá-las, fatalmente, à degeneração e à delinquência.

Obrigado a sustentar luta tão desigual - onde falar em leite para uma criança, tornou-se verdadeira blasfêmia - "o bóia-fria" se joga numa busca insana e desordenada, procurando, ainda que ilusoriamente, uma vida menos madrastra, onde acredita que seu filho não venha morrer à míngua de um prato de comida ou de um vidro de remédio. Daí, o tão conhecido e temível "ÊXODO RURAL", com suas consequências dramáticas e funestas, dentre as quais o inchaço dos grandes centros e o perigoso esvaziamento das regiões agrícolas, com a ameaça de perecimento de safras esvaziamento das regiões agrícolas, com a ameaça de perecimento de safras inteiras, por faltar quem as colha, o que neste ano por pouco não aconteceu com a safra de algodão.

Frente tais misérias e realidades alarmamo-nos ao constatar que caminhamos célere e fatalmente para uma iminente e ainda mais triste realidade: regressão à condição de uma sub-raça. Este, sem dramatizar, é o destino para onde caminha o

"bóia-fria". A degeneração do próprio gen, mercê do estado de total carência e desnutrição em que vivem as gerações que se sucedem.

Urge, pois, fazer-se algo, Assistirmos, impassíveis, a tais acontecimentos, não se coaduna com o espírito e sentimento que devem nortear a conduta daqueles que foram eleitos para defender os interesses do povo e lutar contra tudo o que impeça o seu bem-estar.

Conhecendo a tradição desta Casa e o alto espírito humanitário e patriótico dos seus nobres integrantes, convoco a todos para que nos unamos e cerremos fileiras em torno da luta em favor desses nossos sofridos irmãos, com o objetivo de proporcionar-lhes - e seus filhos - uma vida mais compatíveis com a condição humana, ou menos difícil.

As pesquisas feitas dão conta da necessidade de se criar nas regiões de origem desses trabalhadores - o interior - outras condições de vida para eles, com mais oportunidades, alternativas, chances e vantagens, permitindo-lhes vislumbrar um amanhã melhor, mais tranqüilo e um dia-a-dia menos aflitivo. O País tem condições e potencial para tanto. O que se reclama é ação.

Há que reconhecer que já existem pessoas e entidades que vêm trabalhando nesse sentido.

Nós somos testemunhas e esta Casa também o é, da luta ingente que contra esses males vem sendo patrocinada, orientada e sustentada pela FETAEP -- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, tão acertadamente dirigida pelo eminente Deputado José Lázaro Dumont, da qual já conhecemos salutar e expressivos resultados. Porém, convenhamos, muito mais há que ser feito. Para uma classe que enfrenta tanta miséria e problemas, tudo o que se faça ainda é pouco.

Para tanto, e com vistas ao alcance de outras e necessárias melhoras, uma das alternativas que se nos apresenta bastante plausível é a criação de COOPERATIVAS DE CONSUMO E PRODUÇÃO ou COOPERATIVAS INTEGRADAS (pouco importando o nome) para o bóia-fria.

Nesse sentido, já há três anos, e juntamente com este Deputado que vos fala, vem batalhando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes.

Referido sindicato concebeu um plano - do qual remeteu cópia às mais altas autoridades administrativas, dentre as quais ao Presidente da República, Ministros de Estado, Governador do Paraná e diversas Secretarias e Departamentos de Governo onde o destaque principal é dado à figura da cooperativa, com a seguinte programação:

- a) Seção de consumo, onde o "bóia-fria" - e também o trabalhador rural com residência em propriedade agrícola - fará sua provisão de gêneros alimentícios, roupa, calçado, material e objetos de uso e higiene pessoal e doméstica, etc. - A aquisição desses gêneros, feita por atacado nas fontes produtoras, permitirá ao "bóia-fria" comprá-los com diferença de 30 a 40 por cento para menor que aquele que hoje pagam no mercado varejista. Com efeito, é lógico e inquestionável que a cooperativa adquirindo o óleo combustível a granel e posteriormente vendê-lo aos cooperados em seus próprios vasilhames (litros ou garrafas), o seu preço terá que ser muito inferior ao do corrente no mercado (pela ausência do custo de embalagem, manipulação e outros). O mesmo aconteceria em relação ao jabá (carne seca), alimento de grande valor nutritivo, que viria para a mesa do "bóia-fria" por um preço sensivelmente menor que o do mercado, se adquirido nas fontes produtoras em quantidade de uma ou mais toneladas.
- 6) Máquina para benefício de arroz, moinho de fubá, granja para galinhas poedeiras, frangos de corte, criação e engorda de porcos:

- O arroz, adquirido em grande escala e "in natura" nas regiões produtoras, seria beneficiado na própria cooperativa, criando, com isso, novas oportunidades de serviço ao "bóia-fria" e diminuindo seu respectivo custo. O fubá e a farinha-de-milho (ambos alimentos saborosos e nutritivos) estariam ao alcance do "bóia-fria" por um preço muito inferior àquele que hoje pagam - juntamente com tudo o que mais comprem - ao vendeiro de sua vila que, pelo fato de ter que esperar algum tempo pelo pagamento o explora ao máximo. Os resíduos - tanto o do arroz como o do milho - serão aproveitados na fabricação de ração para o trato de galinhas poedeiras, frangos de corte, criação e engorda de porcos, atividades que desenvolvidas na cooperativa, estariam gerando novos empregos ao "bóia-fria", suprimindo suas necessidades e abastecendo o mercado regional, aumentando os recursos da cooperativa.
- c) Industrialização e comercialização:
Poder-se-ão também desenvolver na cooperativa atividades outras como empacotamento de arroz, fubá e farinha-de-milho; acondicionamento de ovos em embalagens próprias, abate e acondicionamento de frangos e sua comercialização no mercado regional.
- d) Seção de confecção de roupas:
Adquirindo o tecido diretamente das indústrias têxteis, a cooperativa manterá seção de corte e costura para a confecção de roupas, criando-se empregos para senhoras e moças (trabalho compatível) com sua condição feminina) e a produção se destinaria ao atendimento dos cooperados (a um custo bastante razoável), sendo o seu excedente vendido no mercado regional. Atente-se que, aí, seriam desenvolvidas outras atividades, como o bordado artesanal, o crochê, o tricô, etc., como novas opções de trabalho e fontes de renda para a cooperativa.
- e) Seção de marcenaria:
Com a necessária orientação profissional a cooperativa se propõe ao preparo do trabalhador na indústria moveleira. Sabemos do grande número (milhões somente no Paraná) que representam esses trabalhadores, que, não obstante tendo baixo poder aquisitivo, representam considerável mercado consumidor. Assim, uma seção de fabricação de móveis muito representará para eles, que terão aí novas chances de trabalho, e quando necessitarem comprar móveis - pois mesmo que sejam modestos são obrigados a comprá-los - terão a oportunidade de fazê-lo por um preço muito inferior àquele abusivo e extorsivo, que hoje pagam nas compras a crédito, nas quais, não raro, sendo de doze prestações, o preço do objeto é pago até na 3a. ou 4a., sendo as demais lucro do comerciante.
Até aqui, sem ser bicho-de-sete-cabeças, dá para perceber o alto interesse que a cooperativa representará para o "bóia-fria". Mas, vejamos ainda outras possibilidades que ela ensejará:
- f) Fruticultura, horticultura, etc.—
Aproveitando a força de serviço do ancião, da moça, do adolescente escolar (em seu período pós aula) a cooperativa se propõe desenvolver o cultivo de hortaliças, frutas, flores, plantas ornamentais, etc., destinando sua produção prioritariamente e segundo as necessidades, ao suprimento dos cooperados e seu excedente à venda no mercado regional.
- g) Área para construção de casas destinadas ao uso dos cooperados.
A maior parte do contingente formado pelos "bóias-frias" não tem ainda que a mais humilde sua casa própria, e via de regra, são explorados e espoliados por inescrupulosos donos de cortiços, que lhes cobram os olhos da cara pelo aluguel de uma infecta meia-água onde vivem (?) amontoados com seus familiares.
Com vistas a solucionar ou minorar e que será sempre nas adjacências da cidade (nos referimos às cidades do interior), destinará e demarcará uma parte dessa área para a construção de casas do tipo econômica, que serão cedidas ao uso do "bóia-fria", por um preço pouco mais que o simbólico, até que ele venha ter sua própria casa. Nas construções de tais casas a cooperativa procurará empregar, o máximo que puder de mão-de-obra dentre os próprios "bóias-frias", inclusive o adolescente escolar, em suas horas de folga.
- h) Assistência médico-hospitalar, farmacêutica, odontológica, laboratorial, etc.—
Contratando profissionais dessas áreas ou firmando convênio com clínicas e hospitais, a cooperativa se propõe a prestar essa assistência aos "bóias-frias" pelo mínimo custo possível, dando ênfase aos setores de análises e farmácia, no primeiro caso, pela conveniência de se determinar a "causa a combater" o vírus) pelo diagnóstico correto e em ambos os casos, pelo seu alto custo no campo particular (convindo lembrar que o "bóia-fria" não conta atualmente com qualquer assistência).
- i— Creche:
Com o fim de atender as crianças cujos pais indo ao trabalho deixam-nas em casa, as quais, em abandono total, ficam vagando ao léu, esmolando, cometendo pequenos furtos (pequenos hoje; grandes amanhã) e aos poucos se delinquindo, a cooperativa se propõe manter creche com as condições e proporções necessárias a um perfeito atendimento dessas crianças. Tal serviço, o mais relevante de todo o elenco previsto, eis que cuidará do maior bem da pátria, as crianças, mobilizará expressivo número de moças e senhoras (também recrutadas dentro os "bóias-frias"), dando-lhes novas oportunidades de trabalho, além de tirar milhões de menores do perigoso caminho que hoje palmilham.
- j) Recreação, desportos e educação:
Considerados elementos indispensáveis à perfeita estabilidade emocional e à boa saúde, o lazer, os desportos e promoções sócio-educativas também figuram entre as preocupações da cooperativa, que fará construir em sua sede campos de futebol, quadras, piscinas, salão de festas, etc., onde os cooperados, sobretudo a juventude, promoverão campeonatos, bailes, festas de casamento e aniversário e assistirão exibição de filmes ou palestras educativas.
- k) Estímulo à escolaridade - inteligência não é privilégio de rico:
O "bóia-fria" com filhos em idade escolar não poderá obter sua inscrição como cooperado sem que antes prove havê-los matriculados na escola e sua regular freqüência às aulas. A cooperativa, a título de incentivo, dará ao estudante com bom nível de assimilação - e até a conclusão do respectivo curso superior, "bolsas integrais de estudo". Em vindo se concretizar tal fato, dentro de anos (dez ou quinze), poderemos perfeitamente assistir à colações de graus de filhos de "bóias-frias" em qualquer ciências e artes ensinadas em nossas universidades. Fato que até hoje não nos acode à memória haver presenciado.
- l) Pessoal empregado na cooperativa:
Com exceção dos profissionais exigidos para serviços específicos, a cooperativa dará total e absoluta prioridade de colocação nos serviços que prestará e atividades que vier a patrocinar ao pessoal egresso da categoria profissional dos seus cooperados. Para atender à tal exigência, claro está que a cooperativa terá de contar com elementos

com experiência e habilidade em tal mistér para o fim de instrução e adestramento do pessoal ("bóias-frias") que deverá ser aproveitado.

Dentro dessa orientação, a cooperativa manterá cursos treinamentos (noturnos) e aprendizagem, aulas de datilografia e outros expedientes afins.

m - Área de ação e influência e forma de administração da cooperativa.

Para um funcionamento satisfatório, a área e influência da cooperativa não deverá exceder a distâncias médias entre o município polo (sede da cooperativa) e os municípios e distritos satélites (com entrepostos da cooperativa. O contrário disso gerará dificuldades à administração e comprometerá o êxito da programação. No caso de Bandeirantes (município sede), por exemplo, a área de ação da cooperativa alcançará os Municípios de Andirá, Itambaracá, Santa Mariana, Santa Amélia, Abatiá, Barra do Jacaré e respectivos distritos (com entrepostos da cooperativa), que totalizam uma população rural, segundo o IBGE, de 83 mil pessoas.

O sistema e critérios administrativos dessas cooperativas deverão ser estabelecidos por órgãos especializados e por técnicos dessa área (INCRA, SINE/DETEPAR-PR ou ASSOCEP - Associação de Orientação às Cooperativas do Estado do Paraná). No caso de Bandeirantes, afóra a participação inicial da ASSOCEP, toda a orientação e assistência vem sendo dada pelo SINE/DETEPAR-PR - Sistema Nacional de Emprego (Ministério do Trabalho) e Departamento do Trabalho do Estado do Paraná, na pessoa do seu Coordenador Estadual, Dr. Carlos Alberto dos Reis Guimarães.

Qual será o custo da implantação do projeto pioneiro e outros idênticos?

A estas perguntas, faremos outras: Com o êxito do plano (para o que há de mais possibilidades favoráveis que contra) haverá real melhora na vida do "bóia-fria"? o novo "status" de vida desse trabalhador poderá diminuir ou mesmo estancar o ÊXODO RURAL? Decrescerá o número de menores abandonados? Teremos um trabalhador mais sadio, responsável e satisfeito? Teremos uma melhora de produção? Teremos uma classe trabalhadora mais otimista, mais confiante? Estaremos esconjurando o vergonhoso fantasma da sub-raça? Respondendo afirmativamente a estas perguntas, à primeira responderemos que custo algum é elevado para se implantar o programa sugerido, mormente quando muito já se tem gasto em programas de menor importância sócio-econômica que o presente.

Estamos convencidos de que se a Nação ensinar, pelos meios sugeridos, uma elevação do orçamento doméstico dos milhões de "bóias-frias" que abriga, "esses pobres poderão realmente salvá-la", como mui acertadamente disse tempos atrás o conceituado jornalista Hamil Adum ("Folha de Londrina"), quando em sua tradicional coluna chamava a atenção do Governo para o imenso potencial (a ser ativado) de mercado representado pelos pobres do País.

Com efeito, haveremos de convir que com uma elevação de nível de ganho (principalmente pelo processo de economia, como é o caso do plano sugerido), para os nossos milhões de "bóias-frias", muito se venderá a mais de televisores, rádios, geladeiras, liquidificadores, fogões a gás, relógios, bicicletas e porque não até automóveis, do que hoje se vende num mercado (o dos "bóias-frias"), totalmente anêmico, inexistente.

Por isso tudo — e por que não dizer — em razão de um forte e veemente apelo da minha consciência de homem político e bem conhecedor das agruras vividas por esses nossos sofridos irmãos, é que venho, desta tribuna, conchamar a todos os meus ilustres Pares, que com inteira dedicação e até mesmo devoção militam nesta Casa, a que nos unamos nesta luta que

é das mais justas e nobres, pelos altos propósitos que encerra. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE -- (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, quarto orador inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A última sexta-feira, no Oeste do Paraná, mais uma vez foi, como de tantos dias, de sol lindo, convidativo e próprio para uma grande festa.

Inaugurava-se uma exposição, bem como a IV BIENAL da Soja, motivo portanto, de contentamento, não só do município anfitrião, Palotina, como de toda região oeste. A cidade preparou-se durante meses; inúmeras entidades associativas, cooperativas e firmas particulares, somaram-se à Prefeitura Municipal, objetivando transformar o acontecimento em algo festivo e de maneira consagrada, em todo o Estado, em todo o Brasil.

Convidado Sua Excelência o Ministro da Agricultura, a maior autoridade da Pasta em referência, dirigindo-se de Brasília, em avião à jato, especialmente fretado, à Foz do Iguaçu, lá se agrupando Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, Secretários de Estado, Deputados Federais e Estaduais do Partido do Governo, rumaram em outra aeronave, até o município palotinoense. E eis, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a festiva promoção com convites espalhados por todo o Paraná, com cartazes promocionais em todo o sul do País, acabou trazendo razão importante para a nossa presença na tribuna, qual seja, a ausência do povo na referida promoção.

No descerramento da placa inaugural do Parque de Exposições, tivemos no máximo a presença de 200 pessoas. Quando a alta comitiva de Sua Excelência o Ministro Governador do Estado, Secretários de Estado, Deputados Governistas com puseram o palanque oficial, para as palavras de manifestações de praxe, é possível que o número tenha aumentado para 250 ouvintes.

Sr. Presidente, a Prefeitura daquele município distribuiu 300 convites para almoço festivo; a promoção foi festiva, foi profundamente comentada.

No entanto, a surpresa desagradável foi exatamente o não comparecimento dos agricultores do Oeste do Paraná, o que levou, inclusive um presidente de cooperativa, ao sentir-se intimidado a proferir sua oração, o que fez com que desistisse de tal idéia.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a razão principal foi exatamente o fato que, se um Ministro da Agricultura sai de Brasília, vem participar de uma Bienal da Soja no município de maior produção de soja do País, portanto, a Capital da Soja, tem na presença inaugural menos de 250 pessoas; é um movito de reflexão. É motivo, razão maior para que essas autoridades debruem-se na profundidade da problemática agropecuária brasileira. Porque, se lá não compareceu o agricultor, se lá não compareceu o pecuarista, é porque razões muito sérias levaram a tal atitude, a tal comportamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é possível que a surpresa que a Assembléia Legislativa do Estado deu ao Brasil, há poucos dias, pedindo a exoneração dos Ministros da Agricultura e do Planejamento, tivesse, mais do que pudéssemos imaginar, o aval e o consentimento do homem do campo, do setor rurícola do Estado. Porque, ele não comparecendo, avalizou a promoção desta Assembléia, como também repudiou a política agropecuária deste País, porque lá estava o titular da mesma, Sua Excelência o Ministro da Agricultura.

Mas, o mais grave, é que naquele mesmo dia, estava programada, entre às 14:30 e 15:00 horas, uma audiência com Sua Excelência o Sr. Ministro da Agricultura, com entidades representativas dos diversos setores de produção da Região, que, por incrível que pareça, a Associação Paranaense de Suinocultores, tendo presentes núcleos regionais do oeste, Toledo, Palotina,

Guaraniaçu, Medianeira, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Cascavel, Santa Rosa, não tiveram condições de ter acesso, nem físico, à presença do Sr. Ministro da Agricultura. E o repúdio, a manifestação ficou taxativa, quando o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais que lá estava, membros dos diversos núcleos do Oeste, da Associação Paranaense de Suinocultores, simplesmente convidaram os Srs. Deputados da Oposição que lá estavam: Ernesto Dal'Oglio, Gernote Kirinus e este que ocupa esta tribuna, para entregarem esse documento aos homens da Oposição, porque os homens da Situação se negaram a receber os representantes da Associação Paranaense de Suinocultores. É o desrespeito que merece o repúdio de todos nós.

Porque, na verdade, Ministros e autoridades da Agricultura dessa espécie e com esse tipo de comportamento, seja responsável quem foi, pela não permissão dessa audiência, merece, desta Casa, o mesmo tratamento que demos ao requerimento do Deputado Darcy Deitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Suffara) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo hoje a tribuna para solicitar a inserção, nos Anais da Casa, de um lúcido editorial publicado pelo tradicional matutino paranaense, "Gazeta do Povo".

Neste editorial estão retratadas, fielmente, as relações entre o Governo Central e o Governo do Estado do Paraná.

Para que os Srs. Deputados tenham conhecimento, tomo a liberdade de ler o editorial referido, que foi publicado na edição de ontem, da "Gazeta do Povo". (Lê):

RICOS NA AGRICULTURA E POBRES EM PEDIR

De quantas inteligências o Paraná tem tido, nos seus últimos tempos, a de Bento Munhoz da Rocha Neto, nos faz falta profunda. Ninguém, como ele, interpretou tão bem a introversão dos paranaenses, quase roçando nos limites da timidez, que nos impede — como os nordestinos — de pedir, insistir, reclamar, postular junto aos quadros federais, com suas burras com mais dobrões que os cofres dos Estados. Assinalava, na fase em que viveu, que esta introversão e timidez se completavam, com um sentido de orgulho pela conquista da posição hegemônica que, na época, desfrutávamos em relação à cafeicultura nacional. Afinal, tínhamos "batido" os paulistas e se São Paulo construiu, sobre o rendimento do café, o maior parque industrial da América do Sul, que o iguala às Nações desenvolvidas do mundo, as nossas perspectivas tinham que ser das mais amplas. Tudo isto fazia por impedir o paranaense em acocorar-se — segundo o conceito da época — com pires na mão, como pedinte, ao governo central.

Continuamos vítimas dessa síndrome, no emaranhado psicológico de nossa timidez e de nosso orgulho. Se não temos o maior parque cafeeiro do País, mais expressivo como produtor da rubiácea no mundo, somos, na continentalidade brasileira, o Estado que produz 27 por cento da cópia graneleira da Nação, com o que ajudamos, como gigantes, a tapar os buracos de um mofino e debilíssimo Orçamento Cambial da República. Essa "muleta" psicológica, que afaga nosso orgulho, visa também, a compensar nosso processo de timidez e de introversão.

Estamos errados e na condição de vítimas dessa síndrome. Os paulistas, que ainda se constituem na grande "locomotiva que traciona os outros vagões" têm agido, politicamente, com muito mais habilidade. Montaram um esplêndido "lobby" de pressão, a partir de seu potencial industrial e não se esquecem, jamais, de fazer seus pedidos, reivindicações, pleitos

junto aos quadros de decisão nacional, profundamente compartimentados em Brasília, onde o processo da Revolução realizou uma fantástica e impressionante concentração de poderes, mormente na área econômico-financeira que vem empobrecendo, cada vez mais, os Estados e os Municípios.

Veja-se agora, o que nos diz o Sr. Ministro da Agricultura, Amaury Stábile. Com dados a partir da produção dos grandes Estados agrícolas — entre os quais, obviamente, o Paraná — revela que houve um aumento de 120 por cento de renda, em relação ao ano anterior, Sublinha, por exemplo, que a arrecadação do ICM crescerá, portanto, em 147 por cento, em média, nesses Estados onde os lavradores ganham cerca de Cr\$ 400,00 por dia. Afinal, o impacto de uma "safra-salvação" de quase 53 milhões de toneladas, refletirá, econômica e financeiramente, com grandes e positivas ressonâncias no nível de vida nos Estados produtores. Em outras palavras, e buscando-se a síntese: o Paraná está rico... graças ao seu trabalho e que, portanto, para nós, tudo irá bem para o melhor dos mundos... daqui para frente.

Poderíamos dizer que se esses reflexos se fizerem sentir — o que, efetivamente, deverá ocorrer doravante — teremos, na psicologia do paranaense, uma reforçada "muleta" psicológica que, ao invés do café, mas com base na cópia imensa de cereais que produzimos no Paraná, nos impedirá, com nossa clássica e conhecida timidez, de postular, de pressionar, fazer nosso "lobby" a nível nacional. É bem possível que isso ocorra, se considerarmos, retrospectivamente, que a personalidade da gente do Paraná não é inclinada às andanças e cheganças brasileiras.

Tudo isto se nos parece errado. Se buscássemos a ilustração de um simples exemplo, verificaríamos que, além dos nordestinos, sempre pedindo muito para obter alguma coisa, ou os paulistas, na inteligência do "lobby" político-econômico que montaram os gaúchos, muito mais politizados que os paranaenses, têm conseguido bastante, pela compreensão do momento político-administrativo concentracionário que o Brasil vive nas decisões de Brasília. Façamos comparações entre nós e os gaúchos: o Paraná tem 8 por cento da população nacional, 2,4 por cento do território brasileiro, tendo participado, em 1979, com 7,8 por cento da produção agrícola da Nação, 14,7 e 4 por cento, respectivamente, no valor e volume das exportações. Os gaúchos têm 6,8 por cento da população brasileira, 3,3 por cento do território, participaram, no ano passado, com 5,1 por cento da produção agrícola; 14,1 por cento e 3,6 por cento no valor e volume das exportações, respectivamente. Ganhamos do Rio Grande do Sul. Em contrapartida, porém, a assistência hospitalar "per-capita" para o Paraná é de Cr\$.. 612,00 (urbano) e Cr\$ 101,00 (rural), enquanto que para os gaúchos é de Cr\$ 746,00 (urbano e Cr\$ 328,00 rural). Eles ganharam de nós. A assistência médica aos acidentados "per-capita" para o Paraná, é de Cr\$ 26,00 (urbana) e de Cr\$ 0,93 (rural), enquanto que para o Rio Grande do Sul é de Cr\$ 50,00 (urbana) e Cr\$ 9,40 (rural). Eles ganharam de nós. De forma global, o programa saúde, no Paraná, para a clientela urbana, é de Cr\$ 1.125,00 e para a rural de Cr\$ 158,00 "per capita", enquanto que para o Rio Grande do Sul, para a clientela urbana, é de Cr\$ 1.534,00 e para a rural de Cr\$ 384,00 "per capita". Eles ganharam de nós. O Paraná, com 5.911.600 pessoas, no meio rural, tem direito a somente 240.000 internações, enquanto que o Rio Grande do Sul, com 3.294.000 pessoas, tem direito a 210.000 internações. Eles ganharam de nós, se observarmos bem a proporcionalidade.

O exemplo tomado no campo da saúde pode, evidentemente e sem nenhum temor de erro de nossa parte, ser dimensionado em outras áreas, com as terríveis agravantes que estamos perdendo partes de nosso território agrícola para a formação de enormes represas de hidrelétricas que fornecerão energia barata para São Paulo Industrial. Há, enfim, volume enormis

simo de exemplos que deveriam — e como nos faz falta a inteligência de Munhoz da Rocha para, sociologicamente, interpretar com tranqüilas e profundas observações essa nossa realidade — espicaçar-nos à superação da síndrome da timidez-introversão que nos caracteriza, sobrecarregada com a ilusão de que somos ricos e não precisamos pedir, nem fazer pressões, que fazem a rotina do processo democrático. . .”

Sr. Presidente, aceite o requerimento que formulei, solicitando a inserção total deste nos Anais da Assembléia, de vez que nós temos grandes experiências de como o Paraná necessita solicitar recursos e obras do Governo Federal, à vista, por exemplo, da dívida que o Governo Federal tem com a Central de Ferro do Paraná e que ainda não pagou há muito tempo, e tantas outras medidas que o Paraná necessita, tanto na agricultura, como o preço mínimo do suinocultor que foi anunciado pelo Sr. Ministro da Agricultura na festa em Palotina, quanto tantas obras, outras necessárias para o desenvolvimento harmônico do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fuad Nacli) Com a palavra o último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há poucos instantes, ocupava esta tribuna, o Deputado Fidelcino Tolentino, que sempre teve e tem, uma grande preocupação em defender interesses do nosso povo, principalmente da sua região.

Focalizou o ilustre Parlamentar, um problema com a soja que do Paraguai é enviada ao Porto de Paranaguá.

Existe, Srs. Deputados, como os senhores sabem, um acordo entre o Paraguai e o Porto de Paranaguá. Este acordo é no sentido de que o Paraguai possa exportar por Paranaguá ocupando uma área de até 55 mil toneladas, nos armazéns do corredor de exportação.

Este é o teto preconizado neste acordo. Quando o teto é atingido, o Paraguai tem que esperar que a soja daquele País seja exportada, para que dê lugar, por vacância a novas partidas de soja, oriundas de lá, com destino ao Porto de Paranaguá.

Como atingiu o limite, ou seja, Paranaguá armazenou 55 mil toneladas de soja, e como sugestão para que o transporte de soja não tivesse problemas, a Administração do Porto de Paranaguá, ofereceu ao Governo do Paraguai os armazéns de retaguarda, para receber uma grande partida, ou seja, mais de 55 mil toneladas de soja, talvez cem mil.

Isto não interessou ao Governo do Paraguai, porque acarretaria despesas de carga e descarga, como os senhores devem saber, a soja é descarregada nos armazéns de exportação, ela depende de manuseio, de mão-de-obra, ela é levada aos porões do navio automaticamente, ou seja, através de sucção, de esteiras rolantes.

É evidente que, a minha presença nesta tribuna, é para defender quem está com a razão, para defender com quem está o direito.

E, no caso, está com a razão e com o direito o Porto de Paranaguá, porque ele cumpriu a parte correspondente ao contrato, ele armazenou o limite preconizado, o excesso foi facultado ao Paraguai, ao seu Governo de encaminhar aos corredores de exportação nos armazéns de retaguarda, que acarretaria a despesa, como já expliquei aos nobres Deputados.

O reparo que deveria ser feito, é no sentido de que fazamos justiça. Se os caminhões querem receber estadia, que recebam do responsável, no caso o Governo do Paraguai, porque a ele é atribuído esta responsabilidade. Ele sabia perfeitamente que a sua quantidade estava estourada, o limite tinha sido atingido. Conseqüentemente, se houve irresponsabili-

dade, se houve incúria, foi daquele Governo. Não nossa, não do Governo brasileiro, não do Porto de Paranaguá.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fuad Nacli) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi. O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê).

“A história das corporações policiais, no Brasil, começam com as Ordenações Filipinas, que criaram o serviço gratuito de polícia, exercido pelos moradores, organizados por quadras ou quarteirões, e controlado primeiro pelos alcaides e depois pelos juizes da terra.

Foi em Minas Gerais, a partir de 1710, que com a criação de uma cavalaria a qual não é para campo aberto pelejar com o inimigo, que começa a organização policial militar no Brasil. Com a proclamação da Independência e a necessidade de dar-se presença de ordem pública no território livre do Brasil, cria-se, por ato do Imperador, a Guarda Nacional, permitindo-se às províncias a igual manutenção de milícias. Tradicionalmente, pois, a Polícia Militar no Brasil teve a atribuição de defender a Constituição, a liberdade, a integridade da República, manter a obediência às leis, restabelecer a ordem e tranqüilidade públicas, enfim, patrocinando a segurança ao povo brasileiro.

Todavia, após o endurecimento militarista do regime instalado em 1964, foram as polícias militares brasileiras atreladas e incondicionalmente reorientadas suas estruturas para serem forças auxiliares do Exército. A Lei 667/69, que as reorganizou, foi enfática em submetê-las ao Ministério do Exército.

Como mecanismo de controle, o artigo sexto desta lei, atribuiu o comando das PMs, a Oficiais Superiores Combatentes, do serviço ativo do Exército Brasileiro.

Assim, para qualquer avaliação de comportamento das tropas e eficiência das PMs, a década de setenta tem características e contornos específicos, pois marca exatamente o momento em que perderam o comando, até então exercido por homens efetivamente preparados para atividade policial.

Aqui no Paraná, a partir do momento em que os oficiais da nossa briosa corporação foram impedidos, pela nova ordem, de assumirem o Comando da instituição que escolheram para realizarem-se profissionalmente, foi sintomático o desestímulo, porque não raras vezes, a corporação foi comandada por homens despreparados para a atividade policial, porque estranhos a ela.

Numa sociedade pretoriana onde o papel do militar é tão distinguido, na verdade, hoje uma transformação se opera com os policiais militares. O conceito que a sociedade faz do policial está muito aquém do que é atribuído ao militar das forças armadas. Enquanto o destas tem prestígio no meio social, por assumirem o papel de guardiães, as polícias militares têm, desde o seu recrutamento, formação e até finalidades, uma das causas do preconceito social contra elas.

Ser militar das Forças Armadas é uma coisa bem distinta do que ser integrante de corporações policiais. No exército o homem recebe tratamento para o inimigo externo, para a guerra. Na polícia o inimigo é o crime e o condicionamento do policial, há que ser feito a partir da realidade social e da vivência com esta sociedade, no seu dia a dia. Daí porque, as melhores e mais eficientes organizações policiais dos países desenvolvidos, não confundem uma coisa com outra.

Ora, a nossa polícia possui uma academia para formação de seus quadros e, ironicamente, os contingentes que ela se agregam são, ‘a priori’, impedidos de chegarem ao seu comando, mesmo depois de acumularem, no curso dos anos, toda a experiência e vivência necessárias para um comandante iden-

tificar-se com as aspirações e necessidades da tropa. Enquanto que no Exército o militar se prepara para a guerra — que é uma coisa incerta e às vezes, como felizmente tem acontecido ao Brasil, nunca vem, — na atividade policial a finalidade e objetivo de sua instituição se realiza no dia a dia. Enquanto no Exército o crime é uma DEFORMAÇÃO SOCIAL, nas polícias militares é UMA REALIDADE SOCIAL.

Estas colocações são importantíssimas, porque não pode ser comandante policial o elemento que desconheça os agentes e causas da criminalidade e, mais importante ainda, tenha vivência destes fatores.

Na prática, as duas exceções do RGS e Minas Gerais, confirmam as afirmações que levantamos. Indiscutivelmente a tese de devolver o comando das PMS a seus próprios oficiais, não é sentimento provinciano, mas se alicerça em argumentos de ordem política e principalmente de dinâmica social.

Como pretender uma boa administração na nossa força policial, quando ela foi comandada, por exemplo, por alguém que também foi julgado apto a comandar a guarnição da Ilha de Fernando de Noronha? Como justificar-se a realidade social deste Paraná, que é o cadinho das formações étnicas deste heterogêneo povo brasileiro, com o ambiente de verdadeira clausura que é o isolamento da nossa ilha?

Porém, destas imaginosas soluções do SISTEMA, cuja preocupação é mais para com a entidade abstrata de manutenção do poder, que propriamente a que SE DESTINARIAM AS FORÇAS POLICIAIS, é que atingimos, aqui no Paraná, uma triste realidade.

A REALIDADE DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Não trago comigo a colação as recentes cópias xerox de manifestos contrários ao Comando da Polícia Militar que correm nas guarnições; prefiro enumerar fatos e comprovar as denúncias que assumo a responsabilidade parlamentar, nesta oportunidade, quando alertamos o Paraná para os seguintes desvios de nossa briosíssima instituição policial militar:

HOSPITAL MILITAR, que a Comissão de Segurança desta Assembléia tem fatos provados, é um exemplo da irresponsabilidade e até do cometimento de crimes contra a saúde e vida de seus pacientes. É péssima a qualidade de tratamento aos praças e soldados, e o Hospital é carente de recursos de toda a ordem. Entre os desastros ali cometidos, cito dois casos, dos quais as provas estão nos depoimentos das vítimas, que vieram a esta Assembléia pedindo providências.

O caso de uma menina que internada no Hospital da Polícia Militar, por falta de cuidados do pessoal do próprio hospital, acabou caindo do segundo andar e sofrendo lesões de conseqüências mais graves.

E o caso de um paciente que deveria ser operado de uma perna, e por mero desleixo, acabou sendo cirurgiado na outra perna, que estava sã.

○ Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento, pela assertiva do assunto que traz à baila nesta tarde a esta Casa.

E, na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública, eu me senti no dever de ofertar este aparte a Vossa Excelência, para cumprimentá-lo. E dizer que, já de há muito tempo, nós temos um conceito formado a respeito das atividades da Polícia Militar do Paraná.

Iniciaria, Sr. Deputado, dizendo que: é vergonhoso, humilhante e desprestigiado a esta briosíssima corporação policial militar do Paraná, o fato de ter a comandá-la um oficial Superior do Exército Brasileiro. Digo isto, e isto foi implantado no Brasil a partir de 1964, porque todos os comandos de Polícias Militares deste País são dirigidos por um oficial do Exér-

cito Brasileiro.

Eu diria que é desprestigiado à Polícia Militar, porque sei que no seu seio existem oficiais altamente qualificados, gabaritados e competentes, para dirigirem a sua corporação. Ainda mais, além destes tributos, são policiais que conhecem a realidade do dia a dia no Estado do Paraná. Infelizmente, eles buscam oficiais de outras localidades, de outros comandos do Exército Brasileiro, para comandar a polícia em nosso Estado.

Diria também, nobre Deputado, que além de ser contra à indicação de oficial superior do Exército Brasileiro para comandar as polícias Militares, sou contra e sempre fui, à designação também de oficiais do Exército para serem Secretários da Segurança Pública.

Porque, este também é um cargo que exige, mais do que o próprio comando da Polícia Militar, uma pessoa que conheça, no mínimo princípios elementares de Direito. Infelizmente, os Oficiais do Exército podem entender muito de segurança e desenvolvimento, segundo sua teoria, mas de polícia preventiva, repressiva, investigações criminais, Direito Penal, Direito Processual Penal, eles nada entendem, porque não têm formação jurídica.

Tenho defendido a tese de que para ser Secretário de Segurança, tem que ter, no mínimo, conhecimento jurídico, tem que ser advogado, jurista, desembargador, delegado de carreira, promotor, Juiz de Direito, por que não? Mas, nunca um Oficial do Exército Brasileiro, que pode entender muito de guerrilha, pode entender muito de subversão, entender muito de ordem externa e interna, mas, de segurança pública, ele não entende nada.

Outro aspecto que gostaria de enfocar é esse do Hospital Militar. Isso é a inequívoca demonstração que, neste País, colocam-se pessoas erradas em lugares errados, para lugares que não deveriam estar.

Existem dirigentes, dentro do Quadro da Segurança Pública, começando: Secretário da Segurança, não deve ser um Coronel do Exército; Comandante da Polícia Militar, tem que ser um Oficial da Polícia Militar; dirigente do Hospital, nunca um Oficial da Polícia Militar, e sim, um médico, porque, quem entende de hospital é médico, e não oficial.

E esses desmandos que vêm ocorrendo no Hospital da Polícia é reflexo da incompetência, da força militar que ali impera. Existe um diretor clínico que não manda nada, porque não é oficial superior. E quem entende de Medicina é o médico, e ele não manda nada.

Isso é lamentável que esteja ocorrendo.

Daí o resultado das imperícias, dos erros médicos que estão ocorrendo no Hospital da Polícia Militar.

Por isso, cumprimento Vossa Excelência, pela feliz oportunidade de abordar um dos assuntos mais sérios que vêm ocorrendo neste País, e especificamente no Paraná que não tem sido — por parte das autoridades responsáveis — tomado providência alguma, e o caso é realmente muito grave.

Vossa Excelência está de parabéns.

○ SR. NILSO SQUAREZI — Muito obrigado, nobre Deputado

José Tavares. Só prestigia o aparte de Vossa Excelência, a quem reconhecemos ser um dos homens desta Casa mais preparados para o trato desses assuntos.

Mas, prossigo, Sr. Presidente:

“ASSOCIAÇÃO DA VILA MILITAR, que prestava relevantes serviços ao corpo da tropa, está totalmente desativada. Seus diretores, que são hostilizados pelo Comando, foram até ameaçados de transferência, porque tentam a reativação de sua entidade. Todavia, a transferência se consumou para cabos e soldados que pretenderam a criação de um clube social, nos moldes do Clube dos Subtenentes e Sargentos.

ADMINISTRAÇÃO, transformou boa parte dos soldados em “bóias-frias”, eis que a implantação de horário descontínuo

Curitiba, segunda, em 19/05/80

para o expediente, obriga a tropa a locomover-se para o almoço, e, se aos oficiais se patrocina transporte gastando-se assim boa parte de combustível, aos soldados praticamente se impôs o regime da marmita, já que estes, com ganhos inferiores a vigilantes bancários, não dispõem de recursos financeiros para a locomoção.

RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA, desintonizado da realidade paranaense e insensível ao relacionamento que deve a polícia ter com toda a gama social, o atual Comando descredenciou os repórteres policiais que tinham livre acesso à sala de imprensa da nossa PM. E isso, paradoxalmente, ocorre no momento em que cai a censura e promete-se abertura democrática.

MORDOMIAS, também existem, e servem exemplarmente para mostrar os desacertos e desvios que infelizmente se cometem com a PMPr. Talvez o sentimento de rejeição que soe acontecer ao elemento estranho à corporação, tenha levado o Comando da PMPr a promover no último dia 02, um jantar comemorativo do Primeiro Ano de Comando do Sr. Cel. Art. QEMA Manoel Abreu de Moraes. Evidente que, nestas reuniões, agrega-se a tropa e até se prestigia o comando, desde que as adesões sejam espontâneas e não conseguidas por imposição ou aliciamento.

Diversas listas de adesões, como esta que tenho em mãos, foram remetidas ao interior para a subscrição dos senhores oficiais, mas por determinação do próprio homenageado, constavam delas a seguinte observação:

"O DESLOCAMENTO PARA ESTA CAPITAL SERÁ COBERTO EM DIÁRIAS. O PAGAMENTO DO JANTAR SERÁ EFETUADO QUANDO DO RECEBIMENTO DAS DIÁRIAS".

Assim, para assegurar o sucesso da autopromoção e seu financiamento, lançou-se mão dos recursos públicos. O funcionamento da mordomia está, Sr. Presidente, Srs. Deputados, comprovado no Boletim Geral da PMPr do dia 05 de maio, através do qual — que também disponho de cópia xerox devidamente autenticada, percebe-se a atribuição de diversas DIÁRIAS AOS SENHORES OFICIAIS QUE SE DESLOCARAM DO INTERIOR A CHAMADO DO COMANDO POLICIAL DO INTERIOR.

Ora, computados os gastos em transporte (passagens ou combustível), verifica-se uma despesa EXTRA bem significativa, que ao desatento observador pode dar a impressão de estar a PM nadando em dinheiro.

Mas, a realidade, a TRISTE REALIDADE é bem outra.

O policiamento ostensivo não é realizado até pela falta de simples capacetes para a tropa, sem falar na falta de combustível e reparos nas viaturas, que nos desfiles MILITARES dão uma imponente visão de operabilidade e eficiência, quando, no dia a dia, até por falta de pneus não podem se locomover.

A esta altura é bem possível que alguém possa dizer que aqui representamos a radicalização dos setores que se opõem ao regime e atual Governo. Aos que assim pretenderem e que, como avestruzes, enterram a cabeça na areia para não enfrentarem o perigo, poderíamos responder que radical seríamos, se deixando de lado estas constatações, apenas perguntássemos por que o número de policiais nas ruas da Capital, diariamente, não é o mesmo dos formidáveis contingentes que surpreenderam nossa população quando da recente greve da construção civil?

Na verdade, este não é um pronunciamento contra a Polícia Militar do Paraná. Pelo contrário, é em favor dela. É o grito de alerta em sua defesa. Aqui deixamos a preocupação do povo paranaense pela corporação que soube ser digna da bravura e do heroísmo do inesquecível Cel. João Gualberto.

Pela crítica e denúncia não buscamos o desprestígio, nem o escarnecimento do seu Comando, mas corrigir as deformações, sanar as irregularidades e chamar a atenção do Governo do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO.

Conscientizemo-nos que nestes últimos anos, em que pese todo o idealismo de seus integrantes, a PMPr vem sofrendo um processo de desgaste perante a opinião pública, que chega a comprometer suas tradições. Não bastou mudar a cor da farda, para que ela se recuperasse. Causas bem mais complexas têm determinado suas dificuldades. Enquanto não dispõe, por interesse e segurança do próprio sistema, maiores recursos para melhorar seus quadros e impor-se como instituição, a realidade social (também vítima do sistema) está a exigir cada vez mais. Para estas causas, que poderíamos dizer de indiretas, só a queda do atual regime modificará a realidade. No entanto, para isso é importante que todos assumam suas responsabilidades e para isso os Governos estaduais, têm tarefa intransferível.

Recuperar, como primeira medida, o Comando das PMS, para que elas possam ser verdadeiras universidades de combate ao crime, como são nos países desenvolvidos, e não forças auxiliares de um Exército, que pelo espírito pacífico deste povo, até hoje não precisou das PMS, para as poucas investidas bélicas que nossa história registra. Precisamos devolver as nossas PMs a consciência de que a sua guerra é contra o crime, e não contra a população, como em sobejas demonstrações temos assistido.

Temos a responsabilidade histórica de preservarmos a Federação Brasileira e, dentro deste contexto histórico, a importância das forças de segurança pública são fundamentais, não apenas para o equilíbrio e estabilidade das forças que mantêm o poder, mas antes e acima de tudo porque cada Estado Brasileiro tem sua história, cultura e realidade social bem particularizada.

Temos enfim, que nos interrogar por que policiais que deveriam ser agentes da lei e da segurança, contribuem para aumentar a criminalidade e levar a insegurança social? Temos que questionar por que, por exemplo, aqui no Paraná, não existe entrosamento e afinidade com a Polícia Civil, a tal ponto que, cada uma delas tem estrutura própria, num desperdício de esforços e recursos inadmissíveis, como é o caso das redes de rádio paralelas da PM, Polícia Civil e DETRAN?

Temos que ter presente a preocupação, se realmente desejamos caminhar para a DEMOCRACIA, que o combate à criminalidade — função maior da polícia, não pode ser confundido com repressão política que a mentalidade oriunda da falta de legitimidade do Poder gerou nos últimos anos.

A democracia é a conquista de todos, e aos Governos estaduais, nesta hora, se impõe a defesa desta tese. Quantos valerosos e dignos oficiais da nossa PM não superariam em todos os sentidos, muitos dos últimos comandantes que a corporação policial do Paraná teve?

Quantos, por outro lado, não esmoreceram em suas carreiras e passaram até a alimentar decepções depois que a tropa passou a ser comandada por elementos estranhos à sua realidade?

Vamos salvar a Nação da onda de violência e criminalidade, em que hoje se debate, mas primeiramente, antes e acima de tudo, temos que salvar os mecanismos que possibilitam a eficiência para combater este terrível mal social. Vamos dar autonomia à nossa força policial, para que, partindo da nossa conjuntura estadual, da tradição dos paranaenses e do anseio da nossa população, encontre ela, através da Academia do Guatupê, do seu brioso quadro de oficiais e do incansável esforço da tropa, o respeito, a admiração e a confiança deste laborioso povo paranaense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento subscrito pelo Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde, pelo prazo de cento e vinte dias. — **Inclua-se na Ordem do Dia de amanhã.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n.º 55/79, que declara de utilidade pública o "Albergue Noturno José do Patrocínio", com sede e foro na Cidade de Campo Mourão. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL **DO PROJETO DE LEI N.º 55/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o ALBERGUE NOTURNO JOSÉ DO PATROCÍNIO, com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 204/79, que declara de utilidade pública a "Congregação de Irmãs da Pequena Missão para Deficientes da Audio-comunicação", com sede e foro na cidade de Londrina, Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL **DO PROJETO DE LEI N.º 204/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CONGREGAÇÃO DE IRMÃS DA PEQUENA MISSÃO PARA DEFICIENTES DA ÁUDIO-COMUNICAÇÃO, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 04/80, que declara de utilidade pública a "Associação Evangélica Nova Vida", com sede e foro na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL **DO PROJETO DE LEI N.º 04/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA NOVA VIDA, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 12/80, que declara de utilidade pública a "Fundação de Assistência ao Menor

Aprendiz - FAMA", com sede e foro na cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL **DO PROJETO DE LEI N.º 12/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR APRENDIZ - FAMA, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 01/80, que dá nova redação ao Art. 73 do Regimento Interno, mantido o parágrafo único que lhe foi acrescido pela Resolução n.º 21/68, passando a vigorar como específica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 02/80 (Mens. Govern. n.º 02/80), que aprova Termo Aditivo n.º 09, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, objetivando execução das primeiras etapas do Projeto LOGOS II. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL **DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 02/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 23 de maio de 1979, ao Convênio celebrado em 20 de novembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e o Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação e Cultura, para execução das primeiras etapas do Projeto LOGOS II.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 03/80, (Mens. Govern. n.º 03/80), que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, que objetiva regular as obrigações decorrentes da aplicação de recursos oriundos do Orçamento da Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus, para o exercício de 1979. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL **DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 03/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 12 de junho de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando regular as obrigações decorrentes de recursos oriundos do Orçamento da Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus, para o exercício de 1979.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 04/80, (Mens. Govern. n.º 06/80), que aprova Termo de Convênio n.º 83/79, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e que através de órgãos que especifica, objetiva promover exa-

Curitiba, segunda, em 19/05/80

mes de suplência profissionalizante em 06 (seis) modalidades, a nível técnico de 2.º grau. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 04/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07/11/79, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus - Ensino Supletivo, do Ministério da Educação e Cultura, objetivando promover exames de suplência profissionalizante em 06 (seis) modalidades, a nível de técnico de 2.º grau.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 12 de maio de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 05/80, (Mens. Govern. n.º 07/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de MARILENA, objetivando a execução de obras destinadas ao combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 05/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de novembro de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de MARILENA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 06/80, (Mens. Govern. n.º 08/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com o Município de ATALAIA, objetivando estabelecer normas ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, com aplicação de dotações do FUNRESPOL e de Verbas do Orçamento do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 06/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de janeiro de 1980, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de ATALAIA, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação com vistas ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 07/80, (Mens. Govern. n.º 13/80, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, objetivando a concessão de um auxílio da União, repassado à SUDESUL, para aplicação em obras de emergência destinadas à recuperação de bens públicos danificados pela ação das chuvas, em 1979, em 32 municípios do Estado. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 07/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 15 de fevereiro de 1980, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a concessão de auxílio financeiro da União, repassado à referida SUDESUL, para aplicação em obras de emergência destinadas à recuperação de bens públicos danificados pela ação das intensas chuvas caídas em outubro e novembro de 1979, em 32 municípios do Estado.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Iolanda Túlio Borba, ocorrido na cidade de Piraquara. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. João Alves Pereira, ocorrido em Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao "Londrina Esporte Clube", em virtude da conquista do título de "Campeão da Taça de Prata". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 25/80. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Deferido, será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

14 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 131, 152 e 154/79.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 11, 12, 13, 16, 17, 18 e 19/80.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 20, 21, 22, 23 e 24/80.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/80 e de Lei n.ºs 11 e 40/80.

DISCUSSÃO ÚNICA - do requerimento do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, que solicita 120 dias de licença para tratamento de saúde.

Levanta-se a sessão.